

O déficit nominal e a dívida encolheram em outubro deste ano

Luciana Otoni
de Brasília

O setor público registrou superávit primário (receitas menos despesas, exceto pagamento de juros) de R\$ 6,958 bilhões em outubro. O resultado é o melhor para meses de outubro desde 1991, ano em que o Banco Central (BC) iniciou a publicação de séries técnicas sobre política fiscal. Em outubro também recuaram o déficit nominal e a dívida líquida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

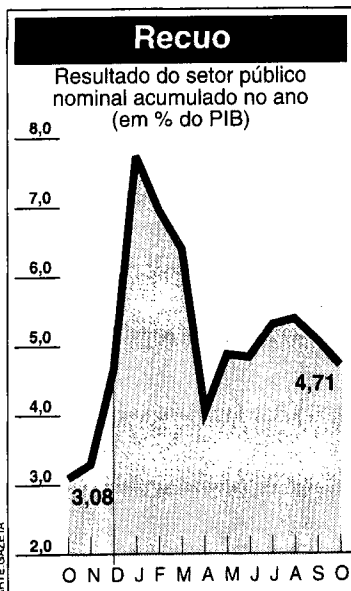
Contribuíram para o resultado os superávits primários obtidos pelo governo federal, empresas estatais e governos regionais de R\$ 6,626 bilhões, R\$ 1,068 bilhão e R\$ 1,180 bilhão, respectivamente.

No acumulado de janeiro a outubro, o superávit primário do setor público atingiu R\$ 64,035 bilhões (5,1% do PIB), performance que se aproxima da meta anual de superávit de 4,25% do PIB, o equivalente a uma economia de aproximadamente R\$ 66 bilhões ao ano. "Em termos do previsto, o País está cumprindo exatamente o acertado em termos de política fiscal consistente", afirmou o chefe-adjunto do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Luiz Malan, irmão do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan. "Faltam pouco mais de R\$ 2 bilhões em dois meses e acreditamos que isso é perfeitamente factível", acrescentou.

Considerado o pagamento de juros, o balanço das contas do setor público fecha no vermelho. Em outubro, o déficit nominal foi de R\$ 2,893 bilhões e no acumulado do ano soma R\$ 59,691 bilhões. No acumulado do ano, até outubro, o déficit nominal é de 4,71% do PIB — superior aos 3,08% de igual período de 2002. Mas, o déficit nominal de outubro ficou inferior aos déficits contabilizados em setembro e agosto, de R\$ 3,674 bilhões e R\$ 8,196 bilhões, respectivamente. A diminuição com o pagamento dos juros explica o recuo do déficit nominal.

Em outubro, os juros nominais pagos (ou apropriados, no jargão técnico) ficaram em R\$ 9,851 bilhões, ante os R\$ 11,458 bilhões apropriados em setembro. A conta dos juros mostra-se mais amarga no acumulado de janeiro a outubro: R\$ 123,726 bilhões (9,8%) do PIB. Mas a tendência, mantida a situação de redução da taxa básica de juros (Selic), é de queda. No período de doze meses até setembro último, a apropriação dos juros foi de R\$ 155,431 bilhões. O montante, porém, cai para R\$ 150,714 bilhões considerando-se o período de doze meses até outubro.

"Considerada somente a taxa básica, de forma isolada, a tendência será de menor apropriação de juros", disse Luiz Malan. No período dos últimos doze meses, novembro foi o primeiro mês em que se observa redução da taxa Selic acumulada.



Em setembro, a taxa básica acumulada em 12 meses havia sido de 24,03% ao ano, em outubro ficou em 24,04% e em novembro (encerrado até o último dia 27) baixou para 23,79% ao ano.

A nota técnica sobre política fiscal divulgada pelo Banco Central na última sexta-feira mostrou que a dívida líquida ficou R\$ 1,057 bilhão menor. O estoque baixou de R\$ 891,093 bilhões (57,8% do PIB) em setembro para R\$ 890,036 bilhões (57,2% do PIB) em outubro. Para novembro, Luiz Malan estimou que a relação dívida/PIB deverá ficar em 57,7%. Essa análise preliminar, porém, não considera o impacto da revisão de estimativa do crescimento do PIB para 2003 feita pelo IBGE. A expansão, que estava prevista para 0,6% do PIB, foi revisada para 0,2% do PIB.

Como a estimativa de crescimento do PIB calculada pelo IBGE é referência para os cálculos de política fiscal do Banco Central, a nota técnica referente ao mês de novembro será feita com base na estimativa de 0,2%. Os dados incluem a relação dívida/PIB.

Recomposto, o superávit primário de R\$ 6,958 bilhões obtido pelo setor público não financeiro em outubro mostra que o governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) contribuiu com R\$ 4,71 bilhões, as empresas estatais com R\$ 1,068 bilhão e os governos regionais com R\$ 1,18 bilhão. Do superávit primário de R\$ 1,18 bilhão obtido pelos governos regionais, R\$ 1,071 bilhão referem-se ao desempenho isolado dos estados, enquanto que o saldo positivo de R\$ 109 milhões foi obtido em conjunto pelos governos municipais. Entre as estatais, o maior resultado foi o das empresas estaduais, que tiveram superávit primário de R\$ 544 milhões, o melhor para meses de outubro desde 1991. As federais contribuíram com superávit de R\$ 533 milhões e as municipais com déficit de R\$ 9 milhões.